

# **ALGUNS ELEMENTOS DA FILOSOFIA SOCIAL DE ROBERTO MANGABEIRA UNGER**

Tiago Medeiros Araujo<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente texto, abordaremos introdutoriamente aspectos da filosofia social de Roberto Mangabeira Unger. Na primeira parte, apresentaremos um panorama relativo à situação do pensamento social contemporâneo, tal como analisado pelo autor. Na sequência, apresentaremos sua interpretação relativa aos sistemas conceituais inerentes às teorias sociais de estrutura profunda e a ilustraremos enquadrando marxismo nesse registro. Na terceira parte, discutiremos a concepção ungeriana de contexto formador, de sociedade como artefato e a tese de que tudo é política, esses os principais elementos de sua filosofia social, com vistas a suscitar implicações sociológicas e políticas, convergentes com a ideia de que as sociedades modernas são realidades permanentemente abertas para a transformação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Unger; Teoria Social; Contexto.

**ABSTRACT:** In this text I approach, introductly, some social thought features of the philosopher Roberto Mangabeira Unger. In its first part, I show an overview about the situation of contemporary social thought according Unger. In the next part, I treat some more deeply the Unger's view about deep

structure social theory, considered the underlying guideline of contemporary social thought, which finds support in thinkers like Marx. With it I intend to show how Unger's lecture of Marx put him in a bigger tradition of social thinking, which pursue a particular, limited and demanding ensemble of theoretical and methodological assumptions. In the third part, I show the Unger's conceptions of contexto former applied to social reality, and I explore some implications that catch up the sociological interpretation as well as the beliefs that societies are often open to its transformation through everything is politics thesis.

**KEYWORDS:** Unger; Social Theory; Context.

## 1. A SITUAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO;

Reconhecendo a dificuldade de encarnar na ação política os esclarecimentos de um pensamento nutrido de imaginação, conquanto engajado em recuperar para a teoria o papel de ferramenta de reconstrução social, Roberto Mangabeira Unger dedica parte significativa de sua obra — sobretudo a de juventude — ao mapeamento das características do pensamento contemporâneo; com o devido destaque para a área na qual tal reconciliação lhe parece mais premente: a teoria social.

Num cuidadoso estudo crítico que compõe parte de seu segundo livro *O Direito na Sociedade Moderna* (1979), Unger analisa os pressupostos fundamentais do pensamento social — aqueles lotados nas obras de Marx, Durkheim e Max Weber, seu núcleo de clássicos —, reconhecendo que “grande parte da teoria social desde os tempos desses três grandes filósofos tem-se dividido entre o comentário de suas doutrinas e a especialização dentro das tradições que eles criaram” (Unger, 1979, p.13). Os pressupostos a que nos referimos não são os postulados (que diferem profundamente de um autor para outro), mas os problemas teóricos, aqueles notadamente circunscritos ao empenho de distinguir a teoria social das filosofias políticas antiga e escolástica. Em função disso, o pensamento dos clássicos, já no século XIX, pôde reivindicar total autonomia em relação às filosofias precedentes. Segundo Mangabeira, os dois aspectos que fundamentam tal distinção são (1) o conceito da finalidade existencial e do método para a explicação teórica e (2) o modo como encarar a relação entre a natureza humana e a história. Examinemos um pouco isso.

O pensamento político que nasce com Aristóteles fundia descrições com prescrições, não diferindo a explicação das relações entre fenômenos da natureza da atribuição de regras morais e diretrizes políticas que estabelecessem e referendassem o comportamento dos homens<sup>2</sup>. O pensamento político predominante na Idade Média seguia as premissas centrais da filosofia antiga, compondo uma única e sólida tradição contra a qual envidaram esforços autores como Maquiavel, Hobbes, Locke e, a partir destes, Rousseau, desejosos que eram de emancipar o pensamento político da ideia de que indivíduo e sociedade são como que realidades congruentes. Os modernos acostumaram-se a denunciar o caráter superficial e mesmo ingênuo com o qual as filosofias políticas antiga e escolástica conceberam a natureza humana, alardeando o enfoque impertinente dado ao homem como deveria ser, e não ao que ele é. Condenaram, neste movimento, como ilusórios e inúteis o corpo de conhecimentos que pressupunha inconhas a moral e a política; abnegando a premissa de que o homem tem uma essência comunitária em benefício da ideia de que a sociedade é uma coisa não natural — e, aliás, antinatural. Formularam seus programas cientes da relevância de se explorar a antítese do pensamento político aristotélico. Para Unger, não fizeram isso sem um grave ônus: a sucumbência à oposição radical. “Os antigos foram acusados de superficialidade por não terem levado em conta as profundezas demoníacas da natureza humana. Os modernos, ao contrário, logo se especializaram no mal.” (Unger, 1979, p. 15/16).

O tema da natureza humana tornou-se incontornável entre os pensadores modernos pela simples e bem fundamentada razão de que, se a sociedade é instituída pelo homem e não cedida por Deus, ela o é por uma exigência da condição humana enquanto ser que não se basta como natural. Perscrutar o que compõe esse ser era tarefa primeira. A teoria social que floresce no Século

XIX, herdeira da metodologia de trabalho humeana-kantiana — que cinde fato e valor, descrição e prescrição — separava a finalidade existencial do indivíduo (o que ele é) da ordenação social, conservando, portanto, a premissa central do pensamento político pós-maquiaveliano. O estabelecimento de um método científico que levasse em conta a cisão fato-valor acabou exigindo de Durkheim, Marx e Weber tímido dispêndio de fôlego. A tradição contra a qual rebelaram-se requeria alicerces numa noção de natureza humana universal de cujo acato extrair-se-ia a intuição de que o melhor regime seria o que tirasse o melhor proveito do que de melhor haveria nessa essência partilhada (Unger, 1979, p.14/15). A teoria social enjeita esta noção para compreender, *contextualmente*, as diferentes formas de vida humana observando as pessoas em relação umas às outras, em relação à natureza e em relação a si mesmas. Segundo Unger,

a teoria social interessa-se menos pela psicologia de cada mente humana ou pela constituição de uma natureza humana universal do que pelos sistemas historicamente singulares de percepções e ideias comuns que constituem a cultura de uma sociedade (Unger, 1979, p. 15)

A crítica feita aos predecessores e a formulação de procedimentos e vocabulários metodologicamente científicos cristalizaram nas obras de Marx, Durkheim e Weber o epíteto de clássicos, a fonte que se tornou parâmetro, paradigma, ponto de partida e de chegada das ciências sociais. De suas obras, os cientistas sociais legaram uma plêiade de conceitos, métodos, teorias e pressupostos, com os quais instrumentalizaram-se e através dos quais forneceram e fornecem diagnósticos sobre a realidade do passado, do presente e de suas possibilidades futuras.

Os teóricos sociais, até hoje, não figuram apenas como promotores de insights geniais sobre as sociedades, mas como condições necessárias, suficientes e incontornáveis para a compreensão e para a intervenção deliberada nela.

Em boa parte do início do século XX, o marxismo constituiu o pensamento que mais vingou entre os teóricos clássicos. Foi também o sistema teórico que mais serviu a programas e militâncias políticos. Mas, em reação às desilusões históricas perpetradas pelo malogro do comunismo, no hemisfério ocidental, os estudos sociais acadêmicos foram aos poucos sendo conduzidos para um terreno menos ambicioso, no qual os especialistas passaram a buscar “explicações estreitas para fenômenos descritos com estreiteza” (Unger, 2001, p. 25). Houve aí a instituição de uma escola própria de pensamento social cuja característica nuclear é abandonar a “busca de leis históricas e sociais mais abrangentes em prol da busca por explicações mais limitadas” (Unger, 2001, p. 2). As ciências sociais empiristas ou positivistas constituíram o segundo caminho, ao lado dos clássicos, mais percorrido pelo pensamento social contemporâneo. Regido por essas duas tendências, o pensamento social sofreu uma perversa influência fatalista que o destituiu do compromisso com transformações sociais.

## 2. A TEORIA SOCIAL DE ESTRUTURA PROFUNDA E O MARXISMO;

### a) Características da Teoria Social de Estrutura Profunda,

Unger enquadra os clássicos da teoria social numa espécie de posição guarda chuva, marcada pela posse de um conhecimento referente à estrutura profunda das sociedades.

Existem três elementos que qualificam uma teoria social de estruturas profundas (TEP), a saber, (1) a distinção entre uma estrutura e as atividades de rotina que ela ajuda a reproduzir, (2) o tratamento de estruturas particulares como tipos gerais e (3) a descrição dos movimentos de tipos gerais como leis imanentes à dinâmica do real.

O primeiro elemento de uma TEP informa que uma coisa são os contextos, estruturas ou esqueletos, formadores de atividades e crenças que repousam sobre o resíduo permanente das organizações sociais mais elementares, e outra são as rotinas que consagram aquelas atividades e crenças e que ocorrem, por assim dizer, na superfície de um contexto, consistindo elas em práticas sociais reprodutoras do tecido mais visível e familiar de relações, nas quais os movimentos de convergência e de conflito são quase sempre previsíveis.

Uma característica fundamental dos contextos formadores é que se definem “por sua capacidade de ajudar a gerar e manter um conjunto ricamente desenvolvido de rotinas práticas e imaginativas e pela tendência correspondente de resistir a perturbações” (Unger, 2001, p.53). Ou seja, os contextos não são vulneráveis a qualquer prática de “baixa intensidade”. Se há uma ruptura em um contexto — e os teóricos de estrutura profunda, como antinaturalistas, entendem que há descontinuidade nos contextos — ela é provocada por atividades extraordinárias, paradigmáticas. Por isso, conclui Mangabeira, “existe um contraste nítido entre essas disputas e combinações e as transformações revolucionárias que subsistem uma estrutura básica pela outra” (Unger 2001, p.53).

O segundo elemento de uma TEP afirma que um contexto, identificado em circunstância histórica e social particulares, é

um exemplo de um “tipo repetível e indivisível de organização social” (Unger, 2001, p. 54), um “tipo geral”. Quer seja adotando uma perspectiva evolucionista (centrada na necessidade de sequência substitutiva de tipos), quer seja adotando uma visão não evolucionista (que abdica da necessidade de sequência), repetição e indivisibilidade são características cruciais de um contexto: repetição indica que nas circunstâncias certas alguma forma de organização social pode ressurgir; indivisibilidade acrescenta que um contexto formador “se mantém ou desmorona como um todo” (Unger, 2001, p. 54). Essa característica dupla dos contextos, que, para fins explicativos, os classifica como tipos gerais, conduz o teórico de estrutura profunda a conceber uma lista fechada de estruturas possíveis, as quais podem seguir ou não uma coerência de sucessão ao longo da história.

O terceiro ponto que caracteriza uma TEP reside no “apelo a restrições bem estabelecidas e leis de desenvolvimento” (Unger, 2001, p.55) que geram a lista fechada de estruturas repetíveis e indivisíveis. Essas restrições são ocultas e dão forma aos contextos porque lhes impõe limites. Excluindo-se muitas formas combinadas e carimbando outras, determina-se a composição de uma lista. Segundo Unger, “essas restrições podem ser econômicas, organizacionais e até mesmo psicológicas”, variando de autor para autor. Ao analista de estrutura profunda, considerando tal requisito, cabe apenas

utilizar explicações com aparência de lei que gerem uma sequência particular de estruturas particulares. O objetivo deste relato deve ser o de apresentar o que realmente aconteceu como uma vaga procissão inacabada de estruturas específicas de vida social e creditar essa procissão a uma lógica de capacidades e visões de influências causais cumulativas (Unger, 2001, p. 55)



As leis e restrições exigidas pela TEP terminam por emascular a ideia de que o homem é um agente histórico, abafando suas intenções e conhecimentos sobre a feitura das sociedades. O caráter objetivo da lógica imanente às sociedades escamoteia a imprevisibilidade da imaginação humana e, portanto, desconsidera o próprio agente como independente, potente e determinante. São esses dois últimos elementos da TEP o que lhe atribuem poder explicativo generalizador, porque apenas assim, pensam os teóricos, se é possível oferecer compreensões que considerem realmente o primeiro elemento, isto é, a diferença entre mudança de estruturas e mudança nas estruturas.

b) O marxismo como teoria social de estrutura profunda,

No entender de Unger, o marxismo é tipicamente uma teoria social evolutiva de estruturas profundas e carrega satisfatoriamente aqueles três componentes. O primeiro elemento da teoria de estrutura profunda aparece no marxismo exatamente no contraste entre um modo de produção, entendido como “disposições que governam os regimes de trabalho e capital, e, mais especificamente, a relação de cada classe com os recursos produtivos da sociedade” (Unger, 2001, p. 53), e as rotinas que ocorrem como práticas superestruturais, das quais as mais significativas são “as formas diárias de produção e troca” (Unger, 2001, p.53). Um modo de produção é o contexto formador. Sendo o feudalismo, tem como um exemplo de rotina o exercício da suserania e da vassalagem; sendo o capitalismo, tem como uma rotina arraigada os sistemas de troca da economia de mercado, com o trabalho assalariado e a acumulação de capital. A rotina pode sofrer, no escopo da explicação marxista, transformações

(com os fenômenos de globalização, de ampliação da capacidade de consumo e produção, por exemplo), sem, contudo, alterar seu contexto formador fundamentalmente.

O segundo elemento, referente à repetição e indivisibilidade dos tipos gerais, aparece no modo como os marxistas articulam sua teoria da história: os modos de produção se sucedem de acordo com “ajustes entre conjuntos de disposições institucionais e níveis de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade” (Unger, 2001, p. 54). Assim, capitalismo, como modo de produção se repete em países diferentes, como um tipo geral, e não se dissolve senão inteiramente para adesão de um modo de produção sequente na evolução da história. Aí reside a ideia de que um modo de produção pode aparecer em momentos diferentes no desenvolvimento histórico de nações distintas. No coração desta abordagem pulsa a crença de que existem as atividades revisoras e as atividades rotineiras em um contexto, e, com ela, de que existem certos tipos de orientação prática que podem reformar ou revolucionar suas relações sociais básicas, remodelando-o ou o desmoronando — a remodelação, obviamente, não poderia provocar substituição de um modo por outro.

O terceiro elemento também está ligado à teoria da história. Ele reside no relato que o marxismo oferece sobre a sucessão necessária dos modos de produção que ocuparam posição hegemônica em cada época do desenvolvimento histórico de uma sociedade como coextensivo à composição das listas fechadas de estruturas. Assim, há uma lógica que conduz as sociedades do estágio do comunismo primitivo ao comunismo pós-capitalista — uma lógica que não poderia ser desafiada pelo homem.

Essa perspectiva impõe ao evolucionismo marxista uma chaga determinista, amplamente denunciada e criticada, que bloqueia a concretização do próprio objetivo de Marx: transformar as sociedades<sup>3</sup>.

### 3. A NOÇÃO UNGERIANA DE CONTEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS;

#### a) A sociedade como artefato contra o naturalismo,

No nascedouro do pensamento social havia a crença de que a sociedade é algo feito, instituído, e não um fenômeno natural. “As grandes doutrinas seculares de emancipação, liberalismo, socialismo e comunismo, foram por ela inspiradas” (Unger, 2011, p. 25). A teoria social brotara de um movimento intelectual que concebia a sociedade como algo indeterminado, plástico, um *artefato* da agência humana.

Contudo, os teóricos sociais e as ciências sociais positivistas, que surgiram no século XX como reação ao marxismo, traíram o slogan da sociedade como artefato, quer por adesão ao determinismo histórico, quer por desprezo em relação às estruturas sociais<sup>4</sup>. O naturalismo, para Unger, é justamente a versão do século XX para o disfarce da ciência da história em explicações com aparência de lei (Unger, 2001, p. 25): um exercício complexo e ambicioso de elencar todos os tipos possíveis de organização social; ou então em leituras da sociedade como “um amontoado grande e amorfo de interesses conflitantes de indivíduos e grupos, e exercícios de acomodações desses interesses, de problemas práticos e episódios de solução de problemas” (Unger, 2001, p. 25/26). Os dois exemplos de naturalismo representam duas forças

opositoras ao ideal da sociedade como artefato, sobretudo, porque consubstanciam em fatalismo: ou se admite que só há mudança social se for total e traumática, ou se trata como se a sociedade presente, com suas instituições básicas, são *necessárias*.

Em favor da concepção de sociedade como artefato e contra esse naturalismo residual, Unger propõe a tese de que “tudo é política” — tese essa que vai ganhar sentido no contraste com a teoria das estruturas profundas e sua defesa de sistemas invariáveis ou necessários de organização social. Mangabeira assume o slogan de que a ordem social é apenas política congelada, sendo política tanto o “mais limitado conceito de luta pela obtenção de poder governamental, como os mais amplos sentidos de conflito, controvérsia e compromisso em torno dos termos de relacionamentos práticos, emocionais e cognitivos que vivenciamos uns com os outros” (Unger, 2005, p. 22/23).

A premissa base da compreensão da sociedade como artefato aqui representada é que a criação de contextos é uma atividade inerente à experiência social. Os contextos são formas de associação que expressam vontades e conflitos congelados, que constroem a liberdade imaginativa e ativa dos homens para sua (do contexto) própria preservação. Em um contexto há um conjunto de conflitos que dinamizam a vida social, mas que não são suficientemente devastadores para arruinar a existência dele próprio. Um contexto pode ser feito de ações e de crenças. É, de uma forma ou de outra, uma estrutura simbólica. Essa ideia apaga as fronteiras que dividem o campo teórico do prático, a esfera pessoal da política, uma vez que a experiência humana é a de um ser que transita nos limites dos contextos. Um contexto formador tem por característica ser conservado de tal forma a barrar as ações e ideias que contra ele possam incidir. Segundo

Unger, o sentido primário da existência de um contexto formador é prático.

Ele existe porque (e no mesmo sentido de que) dificilmente é perturbado ou mesmo percebido no curso das atividades comuns. Sua capacidade de dar forma a um mundo de combinações e conflitos rotineiros depende do grau em que ganha imunidade, ou melhor, imuniza-se contra a possibilidade de contestação e revisão. (Unger, 2001, p. 88)

As ideias defluídas no escopo da filosofia social ungeriana partem da aceitação do primeiro elemento de uma TEP, aquele que versa sobre a diferença entre contexto e rotina. Mas o trunfo de Unger reside em abnegar os dois elementos posteriores, em formulando uma nova abordagem sobre os contextos. Segundo ela, um contexto formador resulta da contenção e interrupção de conflito.

As pessoas deixam de lutar. Aceitam acordos e preconceitos que definem os termos de suas relações práticas e de paixão de uns com os outros. Então, esses termos são continuamente redefinidos sob a forma de um sistema de associação humana inteligível e defensável: um conjunto de modelos de sociabilidade a se realizar em diferentes áreas da vida social. (Unger, 2001, p. 84).

A estabilização ou congelamento é o que dá forma às rotinas de conflito e regeneração ao sistema de divisão social e hierarquia de papéis e categorias, trazendo com ele uma atmosfera que nos impele a crer na necessidade de sua ocorrência. Ou seja, as feições

de uma sociedade são produto do congelamento de conflitos e os processos sociais que regem a relação dos indivíduos com esses conflitos congelados são, com freqüência, adaptação e acomodação. Mas tal estabilização é também política e, por isso, o conteúdo de um contexto é sempre contingente, ou seja, as necessidades com que se apresenta para os indivíduos que nele transitam são simplesmente aparentes, são falsas. Esse é o coração da tese ungeriana de que tudo é política. Para aprofundar a leitura sobre seu alcance, consideremos os quatro temas em que se estrutura.

b) Temas da tese de que tudo é política.

O primeiro tema está na asserção de que o contraste entre o conflito que preserva um contexto e o que o transforma é relativo. Ao serem reproduzidos em atividades banais da vida social, os contextos formadores geram uma lista infinita de pequenos conflitos. Alguns deles podem ser ampliados e podem ameaçar o próprio contexto. A ideia aqui é que, entre uma luta que confirma um contexto e uma que nasce para sobrepuja-lo, não existe qualquer diferença, além de amplitude e intensidade (Unger, 2001, p. 89). No jogo social, não haveria, portanto, lutas em si mesmas mais redentoras do que outras. As lutas diferem apenas nos graus de interferência. A escalada que corresponde à ampliação de um conflito pode ser encorajada ou desencorajada por algumas circunstâncias, mas nem sua ocorrência real nem seu resultado são governados por leis antecedentes (Unger, 2001, p. 89). A escalada perturba diferentes partes de um contexto, fazendo com que interesses de grupos e identidades coletivas se desprendam. Numa dinâmica, por assim dizer, holista, o coração de um contexto é atingido após as desestabilizações abalarem sua periferia.

O segundo tema dita que há grande variabilidade nas fronteiras de um contexto, de modo que seu *entrincheiramento* é também relativo. O entrincheiramento é a capacidade de autoproteção de um contexto em relação aos conflitos que neles surgem e podem se ampliar a ponto de feri-lo e pô-lo em ruínas. O grau de entrincheiramento é proporcional à quantidade de passos intermediários para que as lutas de rotina tornem-se assaz amplas e intensas para suplantar o contexto formador (Unger, 2001, p. 90). É possível, portanto, entender que há formas de conceber contextos que diluam seus graus de entrincheiramento. Além de informar essa possibilidade, Unger por ela advoga. Se as hierarquias e os papéis que são divididos e atribuídos aos personagens do jogo social estabelecem-se por um determinado contexto, quanto maior seu entrincheiramento — a quantidade de camadas que o protegem —, mais firmes e estáveis serão tais hierarquias e papéis; e, por outro lado, quanto mais desentrincheirado o for, mais flexíveis e plásticas serão suas instituições e menos estabelecidos os roteiros dos personagens no teatro social. Isso representaria um primeiro ponto a favor do desentrincheiramento. O segundo está na autonomia que lega a indivíduos e grupos, à medida que “ao abrir relações sociais mais completamente à recombinação e experimentação, ele pode contribuir para o desenvolvimento das capacidades produtivas”. Isso quer dizer que, ao enfrentar papéis e hierarquias, o desentrincheiramento

ajuda a conciliar as condições facilitadoras da autoafirmação: a necessidade de engajamento na vida de grupo e a necessidade oposta de evitar os perigos da dependência e da despersonalização que acompanham todos esses engajamentos. Ao nos dar um domínio mais consciente sobre as condições de nossas relações práticas e de paixão,

ele pode nos transformar, de forma mais verdadeira, em arquitetos e críticos, em lugar de marionetes dos mundos sociais. (Unger, 2001, p. 91)

O desentrincheiramento de um contexto não é, entretanto, a rendição à anarquia, pois um contexto relativamente mais desentrincheirado não é menos distinto nem menos detalhado em seu conteúdo do que os mais entrincheirados, e é comumente mais rico, porquanto as pessoas que o estabelecem estão mais cientes de seu caráter de artefato (Unger, 2001, p. 90). O desejo de Unger é que as estruturas sociais aproximem-se o máximo possível de uma formatação desentrincheirada, convertendo as instituições em mecanismos plásticos de mediação, estimuladores de autorrevisão permanente.

O terceiro tema representa uma continuidade no chamamento de Unger para a importância de desentrincheirar contextos. Para ele, o processo de desentrincheiramento não depende de “compulsão evolutiva”, centrada no rompimento definitivo de um contexto para seu contrário, mas de mudanças cumulativas geradas pela influência do desentrincheiramento de um contexto sobre outros. Tal movimento pode ocorrer tanto voluntariamente, por intermédio de iniciativas de grupos, imitados por outros que se vejam beneficiados por tais mudanças, como também “involuntariamente”, na condição de produto da superação de contextos desentrincheirados sobre outros entrincheirados – uma espécie de equivalente social da seleção natural (Unger, 2001, p. 92). Esse movimento, embora direcionado ao desentrincheiramento, não possui um sentido definido porque “cada contexto formador influencia sua sequência sem determina-la. Pois algumas partes dessa estrutura institucional e imaginativa são, normalmente, menos abertas à mudança do que outras” (Unger, 2001, p. 92).



O quarto tema aborda a substituição, componente por componente, dos contextos formadores. A descrição detalhada de um contexto formador que termina por listar as rotinas de conflitos nele inscritas sustenta a gênese dos contextos, determinando que seus componentes não surgiram simultaneamente, nem se desenvolvem ao mesmo tempo, e, de igual maneira, não se desfazem de uma só vez: “uma visão da constituição interna de um contexto é sempre nada mais que o reverso de um relato da construção do contexto” (Unger, 2001, p. 93). Isso quer dizer que o movimento de mudança cumulativa deve incidir sobre os componentes de um contexto — não em sua totalidade —, interferindo no nível mais rudimentar desses componentes, e não esperando atingi-los a todos de uma única vez. Cada grau efetivado de mudança é uma emancipação relativa das necessidades falsas desses contextos. A consciência de que são contingentes fortifica a crença na sociedade como artefato<sup>5</sup>.

O movimento de desentrançamento se dá sob mudanças cumulativas, sem compulsão evolutiva. É o desentrançamento o que emancipa as sociedades das falsas necessidades impostas pelos contextos formadores. O movimento cumulativo visa, precisamente, maior revisibilidade, maior disposição para autocrítica e reconstrução, porque as estruturas mais desentrançadas tornam variável uma gama de formas de autonomia. É interessante observar que o desentrançamento não implica filiação ao desconstrucionismo do tipo pós moderno. As palavras de Cui são importantes a esse respeito:

[Unger] sustenta o “desentrançamento” das estruturas, “direitos de desestabilização” e a “capacidade negativa”. Mas não se filia à escola da “desconstrução”, porque sua

própria teoria “construtiva” reconhece que nossa liberdade de resistir, reimaginar e reconstruir os mundos sociais que habitamos é, ela própria, uma variável acessível na história. (Cui, 2001, p.11)

Os elementos descritos até aqui exibem o repertório de Unger para a lida com os problemas sociais e políticos que não são enfrentados pelas abordagens teórico-sociais mais destacadas — e, aliás, são por elas agravados — no sentido de nortearem-se pelo ideal da sociedade como artefato. Tal repertório atribui as devidas importâncias às falsas necessidades do conteúdo institucional de nossos contextos formadores, conquanto os descrevem como política congelada. Ou seja, para mudar, é preciso reconhecer-se como mutável.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Perry Anderson (em um texto escrito em 1989)<sup>6</sup> considera o aspecto político da obra social de Unger a sua grande contribuição. Seria sua política, não o rebento de seu pensamento, mas o contrário. Os conceitos são postos a serviço de uma determinada premissa política. Anderson, apesar de severamente crítico, reconhece que a principal premissa de toda a obra de Unger é que “as formas atuais de economia descentralizada e democracia pluralista [...] não são a expressão necessária, nem melhor dos ideais, herdados de liberdade e igualdade” (Anderson, 2002, p. 177). Corroborando essa leitura a centralidade que Unger atribui à radicalização da ideia de sociedade como artefato — através dela se promoveria o tipo de sociedade em que os ideais mencionados não seriam traídos. Seria, aos olhos de Anderson, a política “a componente

decisiva para o julgamento de seu (Unger) trabalho” (Anderson, 2001, p. 186), sobretudo numa conjuntura em que o confronto entre liberalismo e socialismo tem engessado a criação de formas alternativas de concepções políticas, bem como o conflito entre privatismo e dirigismo na economia.<sup>7</sup> Unger figuraria como o formulador de uma “política de engrandecimento” porque submeteria liberalismo e socialismo ao crivo radical da sociedade como artefato, expurgando os aspectos deterministas de ambos os lados.

Como o modo pelo qual a TEP entende a lógica de formação de contextos exclui o papel do agente humano, Unger parte para a reconstrução de uma imagem do homem que atribua aos homens e mulheres comuns o estatuto de senhores de sua própria realidade. O pragmatismo é o complemento antropológico da filosofia social de nosso autor. Sua qualidade ímpar seria a tendência a conceber o homem como um agente, situado em circunstâncias de contingência, alimentado por experimentalismo e arraigado na futuridade. O pragmatismo aproxima aspirações de emancipação individual com progresso prático de grupos e nutre certas expectativas de libertação social na forma de vida social definida como democracia.

Seria, portanto, a democracia, o espaço no qual Unger acredita ser possível a autoproclamação do homem como senhor de seus contextos e a sua influência determinante de agente sobre o mundo; seria responsável por edificar instituições constantemente abertas para revisão, testemunhando a utilidade e explorando o potencial da sociedade entendida como um artefato humano. Eis aí, talvez, uma chave interessante para se propor outra via de reflexão social. Unger, de seu jeito, talvez seja a personagem da história recente da filosofia que melhor concilie o pensamento social com uma política de alta energia.

## NOTAS

<sup>1</sup>Professor de Filosofia do Instituto Federal da Bahia (IFBA), mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenador do Centro de Estudos de Dewey e Pragmatismo (CEDEP) e membro do Grupo de Pesquisa Poética Pragmática: Para uma Elaboração Filosófica Contemporânea. Autor de *Pragmatismo Romântico e Democracia: Roberto Mangabeira Unger e Richard Rorty*, prestes a ser publicado pela Editora EDUFBA.

<sup>2</sup>Aristóteles, por exemplo, defendia a concepção de política como o modo de ser do homem como realidade ontológica própria, considerando que o homem ocupa o espaço entre as bestas e os deuses. Justamente a concepção que lhe fez, em *Política*, sumarizar “*Zóon politikon*”.

<sup>3</sup>Marx sumariza na última das Teses Ad Feuerbach de Karl Marx: “os filósofos apenas interpretaram o mundo, diferentemente, importa é transformá-lo” (Marx, 2012, p. 166),

<sup>4</sup>As ciências positivas, segundo Unger, celebram uma extemporânea hipostasia do naturalismo. A noção de naturalismo a que Unger se refere corresponde a uma perspectiva ou paradigma que influencia diferentes áreas do pensamento e que se orienta pela cientificização do real, dos valores, das instituições, do homem, de modo geral. Em *Política* (1987), o naturalismo aparece como perspectiva, em teoria social, de análise e justificativa das circunstâncias sociais contemporâneas como efeitos inevitáveis do desnovelo da história. As instituições seriam abordadas como “objetos naturais”.

<sup>5</sup>É oportuna essa conclusão de Teixeira: “Para Unger, a lógica de uma estrutura é a de um artefato, portanto, uma lógica criada pelo agente. A diferença mais importante entre as estruturas que criamos é o grau em que elas se apresentam a nós homens como se fossem ‘coisas’ em vez de se apresentarem como instâncias transitórias de nós mesmos. As estruturas têm a sua lógica num sentido condicionado e contingente: só na medida em que deixamos de exercer nossa agência. Portanto, a lógica das estruturas é construída com o desgaste do nosso domínio sobre elas.” (Teixeira, 2009, p. 37)

<sup>6</sup>Cf. ANDERSON, Perry. **A Política de engrandecimento** In ANDERSON, P. **Afinidades seletivas**. Paulo César Castanheira, Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

<sup>7</sup>Unger costuma referir-se a esse estado pós Guerra Fria no qual as opções de composição das agendas políticas parecem definitivamente limitadas a esses dualismos de “ditadura da falta de alternativas” (Unger, 2008, p.188 e p.189)

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. A Política de engrandecimento In ANDERSON, P. *Afinidades seletivas*. Paulo César Castanheira, Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

CUI, Zhyuan. Prefácio In UNGER, *Política: os textos centrais*. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Editora Argos, 2001.

MARX, Karl. (2012) Tese Ad Feuerbach. In NETTO, J.P. (org), *O leitor de Marx*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

RORTY, Unger Castoriadis e o romance de um futuro nacional In \_\_\_\_\_, *Ensaio sobre Heidegger e outros*. Tradução Marcos Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

TEIXEIRA, C.S.G (2009). A Esquerda experimentalista: análise da teoria política de Unger. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07122009-144805/>>. Acesso em: 2015-03-22.

UNGER, R.M. *Política, os textos centrais*. (2001) Tradução Paulo Cesar Castanheira. Editora Boitempo, São Paulo; Editora Argos, Santa Catarina.

UNGER, R.M. *O Direito na sociedade moderna — Contribuição à crítica da teoria social*. (1979) Tradução Roberto Raposo. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro.

UNGER, R.M. *The Self Awakened: Pragmatism unbound.* (2007) Harvard University Press.

UNGER, R.M. *Necessidades falsas.* (2011) Boitempo, São Paulo.

UNGER, R.M. *O que a esquerda deve propor.* (2008) Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

RECEBIDO: 30/05/2015  
APROVADO: 31/07/2015